

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CÂMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

ABDIAS SIMÃO DE SOUZA

**INFLUÊNCIA DA EXPANSÃO URBANA NA SEGURANÇA PÚBLICA:
UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE CACOAL**

CACOAL/RO

2017

ABDIAS SIMÃO DE SOUZA

**INFLUÊNCIA DA EXPANSÃO URBANA NA SEGURANÇA PÚBLICA:
UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE CACOAL**

Artigo apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Câmpus Professor Francisco Gonçalves Quiles, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientadora: Profª Dra. Ângela Correia de Castro Gomes

Cacoal / RO
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Fundação Universidade Federal de Rondônia
Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

S729i Souza, Abdias Simão.

Influência da expansão urbana na segurança pública: um estudo no município de Cacoal / Abdias Simão Souza. -- Cacoal, RO, 2017.

35 f. : il.

Orientador(a): Prof. PhD Angela de C. Correia Gomes

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) -
Fundação Universidade Federal de Rondônia

1. Cacoal. 2. Segurança Pública. 3. Criminalidade. 4. Expansão Urbana. I.
Gomes, Angela de C. Correia. II. Título.

CDU 658:34

INFLUÊNCIA DA EXPANSÃO URBANA NA SEGURANÇA PÚBLICA: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE CACOAL¹

Abdias Simão de Souza²

RESUMO: Dentre as necessidades humanas, a segurança pública é considerada um fator essencial para o bem-estar social e econômico, juntamente com outros aspectos, que em virtude das mudanças populacionais se tornaram mais latentes e evidentes. Assim, essa pesquisa teve como objetivo identificar a influência da expansão urbana na segurança pública, no município de Cacoal/RO, no período de 2009 a 2016. É do tipo descritiva e exploratória, foi usado o método dedutivo e a abordagem quali-quantitativa. As técnicas de coleta de dados foram as pesquisas bibliográfica e documental, esta realizada nos arquivos do sistema de banco de dados digitais da 1ª Delegacia de Polícia Civil. Os resultados apontam que houve aumento da criminalidade, impactando a segurança pública, decorrente da expansão urbana no município, principalmente em relação aos crimes contra a vida e contra o patrimônio, com destaque para o furto e o roubo. E um dos principais produtos que mais inspiram os furtos são os aparelhos celulares, item esse de fácil acesso a qualquer cidadão e de rápida comercialização. Aconselha-se que os profissionais relacionados ao sistema de segurança pública busquem mecanismos para melhor exercer suas funções, e que implantem técnicas de conscientização mais explícitos com os recursos que lhe são oferecidos, permitindo mais conforto de vida social à população cacoalense; e que esta, em contrapartida, se mobilize para evitar exposições desnecessárias que facilitem o acesso do criminoso aos bens materiais de fácil furto, e se oponham às compras de produtos não fiscalizados ou que não possuam comprovações fiscais.

Palavras-chave: Cacoal. Segurança Pública. Criminalidade. Expansão Urbana.

INTRODUÇÃO

A segurança pública é observada como um dos serviços para o bem comum da sociedade, respaldada na Constituição Federal de 1988. Como afirma Souza, Magalhães e Sabatine (2012), o tema segurança pública se tornou mais amplo através do surgimento de novos padrões e atores envolvidos, não ficando restrito apenas às instituições e órgãos tradicionalmente ligados a este fim, como o judiciário, o policial e o sistema penal. Uma das premissas sobre esse assunto foi a criação do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), no ano de 2000, que conforme Costa e Grossi

¹ Artigo apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR – Campus Professor Francisco Gonçalves Quiles, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Administração sob orientação da Prof. Dra. Angela de Castro Correia Gomes.

² Acadêmico do 8º período do curso de Administração da UNIR- Universidade Federal de Rondônia.
E-mail: abdias.simao@gmail.com

(2007), foi muito importante para o fomento da cooperação intergovernamental.

A segurança pública é trabalhada em várias esferas do governo: federal, estadual e municipal - para conter os problemas advindos da sociedade que cresce desordenadamente e, conseqüentemente, gera muitos problemas e mais trabalho ao Estado. Câmara (2007) diz que esse crescimento das cidades, nas últimas décadas, acabou elevando a carga de conflitos entre pessoas, grupos e, entre estes e o Estado, que, por sua vez, não foi competente para fazer uma prevenção e ainda incompetente em administrá-los.

Portanto, buscou-se, por meio da avaliação do crescimento expansionista do município de Cacoal-RO, elevado à categoria de município no ano de 1977 e que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016) está localizado a leste da região central do Estado, com aproximadamente 87.877 habitantes, refletir sobre as consequências na segurança pública da sociedade local decorrentes do crescimento populacional, considerando o intervalo de tempo de 07 (sete) anos, ou seja, de 2009 a 2016. Diante disso, é importante uma pesquisa nesse assunto, visto que é de interesse social a busca para compreender o problema em âmbito regional. Com base nesses argumentos, o presente estudo apresentou a seguinte questão de pesquisa: Qual a influência da expansão urbana na segurança pública, no município de Cacoal/RO, no período de 2009 a 2016?

O objetivo do presente artigo consistiu em identificar a influência da expansão urbana na segurança pública, no município de Cacoal/RO, no período de 2009 a 2016. Tendo como objetivos específicos: descrever o crescimento urbano da cidade de Cacoal/RO considerando a população e os bairros; identificar os tipos e os índices dos crimes no período abordado e descrever os impactos (negativos e positivos) na segurança pública.

Esta pesquisa é relevante, pois se direciona para a construção científica e aumento da interpretação crítica acadêmica face a segurança pública, que merece ser sempre analisada em decorrência de sua importância para o bem-estar dos cidadãos, e também por ser um dos serviços que mais demandam esforços da administração pública direta, não sendo diferente no município de Cacoal/RO, em razão da constante

expansão populacional que ocorreu no local, e por ser um tema de constantes debates entre entidades governamentais, empresariais e da sociedade em geral. Contribuirá ainda com o profissional em Administração, que com base nos dados apresentados, poderá discernir melhor as tomadas de decisão na gestão pública, mais especificamente na segurança pública.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na fundamentação teórica, apresentam-se conceitos que servem para embasar o desenvolvimento deste artigo. Para tanto, serão abordados alguns aspectos considerados fundamentais para a compreensão de questões como: administração pública, segurança pública, crescimento urbano e a relação deste com o crescimento da criminalidade.

1.1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A administração pública oferta vários serviços para a sociedade e alguns podem ser delegados e outros são exclusivos. Para Paludo (2013), a administração pública é toda a estrutura que o governo possui à sua disposição, possibilitando-lhe alcançar seu principal e maior objetivo, que é promover o bem comum coletivo. Em um sentido mais abrangente, a administração pública pode ser entendida como o governo executando tomadas de decisão, ou seja, funções meramente administrativas, de execução do plano do governo, prestação de serviços, dentre outras atividades.

Nas palavras de Moraes (2007), a administração pública define-se como um conjunto de atividades que são desenvolvidas pelo Estado, objetivando o alcance dos interesses da coletividade, sendo subjetivamente o conjunto de órgãos e de entidades jurídicas, as quais são atribuídas por lei as funções administrativas do Estado. Portanto, as conceituações possuem entre si uma similaridade de opiniões, e assim vários são os conceitos que existem na literatura. Como afirma Paludo (2013 p. 35-36):

vários conceitos são utilizados para definir administração pública, numa primeira divisão encontra-se os conceitos relacionados à ciência administrativa e a ciência jurídica. Quanto a ciência jurídica: administração pública é o ramo da ciência aplicada nas administrações direta e indireta nas três esferas do governo: federal, estadual e municipal. Quando a ciência jurídica: corresponde as atividades desenvolvidas pelos entes públicos, dentro dos limites legais, com o fim de prestar serviço ao estado e a sociedade em prol do bem comum.

Conforme Di Pietro (2016), o termo administração abrange a atividade de execução, além das atividades de planejar, dirigir e controlar; sendo assim, o direito público abrange em amplitude a legislação e execução. Dessa forma, tanto no direito público quanto no direito privado os atos administrativos seguem alguma vontade externa que lhes impõe um rumo a ser seguido, não cabendo ao administrador a alienação dos bens administrados. Di Pietro (2016, p. 82) pressupõe:

basicamente são dois os sentido em que se utiliza mais comumente a expressão administração pública: a) em sentido subjetivo, formal ou orgânico, ele designa os entes que exercem a atividade administrativa; compreende pessoas jurídicas, órgãos e agente públicos incumbidos de exercer uma das funções em que se triparte a atividade estatal: a função administrativa; b) em sentido objetivo, material ou funcional, ela designa a natureza da atividade exercida pelos referidos entes; nesse sentido a administração pública é a própria função administrativa que incube, predominantemente, o poder Executivo.

Em sentido mais abrangente, a administração pública é considerada um conjunto de entidades e órgãos que possuem a incumbência de realizar o contentamento das necessidades da coletividade, atingindo os objetivos almejados pelo Estado. Já sob um enfoque material e objetivo, conceitua-se administração pública como a função de administrar através da natureza dos atos exercidos; e sob um aspecto subjetivo, formal e orgânico, são pessoas de natureza física ou jurídica que possuem a atribuição de realizar funções de âmbito público, sendo que toda a atividade de administrar os interesses e necessidades da população deve atender dois princípios que são considerados de regime jurídico, sendo eles: supremacia do interesse público e indisponibilidade do interesse público (ROSA, 2009).

Neste contexto, a realização do bem comum destaca-se como papel fundamental do Estado, sendo que essa finalidade abrange três aspectos: o bem-estar, a segurança e a justiça. Entre esses objetivos existe uma correlação, onde o poder público assume grande relevância na promoção do grande objetivo final, que é

o bem comum. Dessa maneira, o Estado como organização é aceito naturalmente como abastecedor de desenvolvimento de poder político para a sociedade (MATIAS-PEREIRA, 2014).

Pode-se considerar que todos os atos do Estado precisam estar focados na melhoria da qualidade dos serviços públicos, segundo a percepção de quem irá usá-los. Assim, a administração pública objetiva a promoção e desenvolvimento da pessoa humana, atuando com o propósito de facilitar e garantir os direitos do cidadão dentro dos princípios estabelecidos na Constituição Federal de 1988.

Portanto, cabe ao Estado desenvolver uma atividade concreta e imediata visando sempre os interesses da coletividade, fazendo com que a lei sobreponha-se aos interesses individuais, privilegiando o interesse público em relação aos interesses particulares, e para isso existe o ordenamento jurídico que confere diversos poderes à administração pública, os quais possibilitam a execução das tarefas administrativas em prol do bem comum. São os conhecidos poderes da administração ou poderes administrativos (MORAES, 2007). Para Matias-Pereira (2014, p. 1),

o Estado existe fundamentalmente para realizar o bem comum [...]. A interdependência dos fins do estado assume particular importância em relação à grande e última finalidade do Estado: a promoção do bem comum. O Estado, nesse sentido, enquanto forma de organização política por excelência da sociedade, pode ser aceito como o espaço natural de desenvolvimento do poder político.

Existe distinção entre Estado, Administração e Governo. O Estado é uma nação organizada politicamente e possui personalidade jurídica própria, já o governo e a Administração exercem seus atos através de entidades dotados de personalidade jurídica e órgãos que não possuem personalidade jurídica, contudo, integram essa estrutura jurídica pessoas físicas (agentes) que possuem atribuições de função pública (ROSA, 2009).

Marinela (2014) sugere que a administração pública deva ser estudada a partir da definição de Estado em sentido abrangente, onde serão encontradas as concepções de funcionamento e de prestação dos serviços públicos, considerando o conceito constitucional que estabelece o Estado como uma pessoa jurídica de poder

soberano em uma nação organizada e que tem como função principal atender os anseios da população, sendo que para isso há os chamados poderes do Estado, que são o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, atuando cada um deles dentro de suas competências distintas, porém, mantendo harmonias entre si.

Assim sendo, a administração pública é o conjunto da estrutura utilizada pelo Estado para suprir as necessidades da coletividade. Essa administração não pratica atos de governo e sim atos de execução, com autonomia funcional mais ampla que outras, sendo que dentre as competências dos órgãos e de seus agentes é o aparato que o Estado possui para exercer o ato de governar (MARINELA, 2014).

De acordo com Paludo (2013), o Estado ocupa-se da convivência humana, da sociedade política, e possui o significado de: poder, força e direito. O modelo do Estado brasileiro é estabelecido na Constituição Federal de 1988, com sua forma de governo, estrutura dos poderes, e os direitos e garantias fundamentais da população brasileira.

1.2. SEGURANÇA PÚBLICA

Dentro da administração pública a segurança é um dos principais gargalos que acaba por ser um desafio a ser resolvido. Nesse sentido, Costa e Balestreri (2010) afirmam que é uma temática que além de ser um desafio, remete inicialmente, ao aspecto da construção social. Essa construção é um problema mal resolvido no Brasil desde a década de 80 e é um fenômeno complexo que requer uma discussão sobre o assunto.

Diante disso, Costa (2005) afirma que existem questionamentos constantes no que diz respeito à eficiência das organizações de segurança pública, isso tanto pelos elevados índices de criminalidade como também pelas tensões sociais. Tais acontecimentos impulsionam a adoção, com urgência, de novas reflexões sobre a questão política de serviços de segurança pública na sociedade, considerando que existe pouco conhecimento sobre a eficácia dos serviços de segurança pública, mesmo diante de muitos estudos que foram realizados pós-década de 70. Segundo

Zaluar (2007), quando o Brasil ainda estava no processo de recuperação da democracia surgiram dois paradoxos e um enigma nesse período.

o primeiro paradoxo: porque o processo de democratização, que começou em 1978, foi acompanhado por taxas crescentes de criminalidade, mais especialmente de homicídio entre homens jovens. O segundo: o de uma nação que foi construída pelos ideais da cordialidade e da conciliação e que mudou recentemente essas ideias depois da crítica de intelectuais importantes sobre a ausência de cidadania nelas. [...] no Brasil os crimes sexuais não aumentaram tanto quanto os homicídios, e esses são cometidos entre homens jovens, multiplicando-se várias vezes em muitos estados da República Federativa deste país. As taxas médias de homicídio entre homens jovens de 15 a 29 anos aumentaram assim em todo o país nos anos 1980 e 1990 (ZALUAR, 2007, p. 31).

Com a chegada da década de 90, no Brasil, houve um desafio para manter a ordem na segurança pública, assim, outros autores contribuíram para o esclarecimento de como funcionava a máquina pública sobre a segurança da sociedade naquela época. Corroborando com essa problemática, Costa e Grossi (2007, p.07) infere que:

em função do crescimento da violência urbana nos últimos anos, essa percepção vem mudando. Em março de 2002, uma pesquisa nacional realizada pelo Instituto Data Folha verificou que a segurança pública era a segunda principal preocupação do eleitorado brasileiro (21%), atrás apenas do desemprego. A mesma pesquisa apontou que, para o eleitorado, os governos municipais (27%), estaduais (30%) e federal (32%) eram igualmente responsáveis pela segurança dos cidadãos. Nesse sentido, cobram-se maiores investimentos em segurança pública, reformas nas estruturas das polícias e implantação de políticas públicas mais eficientes. Com relação ao Governo Federal, espera-se uma maior participação na gestão da segurança pública.

Já para Cerqueira, Lobão e Carvalho (2005), nas últimas décadas os crimes no Brasil são motivados por uma questão de estrutura, considerando duas extremidades, sendo que uma está ligada às grandes diferenças socioeconômicas e na outra se encontra uma evidente falência do poder judiciário no âmbito criminal, como uma fonte onde começa a impunidade. Assim, confirmando essa mesma ideologia, Balestreri (2010) conjectura que umas das causas de manter a violência se refere à diferença de distribuição de renda.

Para Silva, Grigio e Pimenta (2016), a pobreza acaba influenciando a criminalidade de maneira indireta, uma vez que tal condição fomenta um sentimento de inconformidade e insatisfação nos indivíduos, que na maioria das vezes são

considerados como refugio da sociedade. De modo geral, os criminosos são indivíduos sem formação moral adequada, com baixo nível de escolaridade e financeira, o que provoca uma aversão pelos que possuem condições mais favoráveis na sociedade. Além de não possuírem algumas condições de vida e sobreviverem ao drama social de não terem a quem recorrer, uma vez que, em bairros onde a pobreza predomina, a presença de serviços sociais é muito menor, e esses indivíduos são induzidos a entrarem na criminalidade.

Ademais, as diferenças étnicas e culturais, as diversidades de opiniões, os diferentes valores, a falta de educação, entre outras coisas, muitas vezes serve de pretexto para uma atitude violenta ou para atos criminosos. A cultura atua como impedimento do ato criminoso ou antissocial, todavia, é notório o aumento de crimes praticados por intelectuais, o chamado crime de “colarinho branco”. Nesse sentido, em se tratando de formação de caráter, a educação se limita apenas a um fator que atua sobre a infância, não sendo a única posição que determinaria o comportamento da criança numa atitude antissocial (GARRIDO, 2007).

Neis (2008) pressupõe alguns elementos sociais que são mais latentes para indução do indivíduo à criminalidade, como: pobreza, fome e desnutrição e a falta de educação. A influência da pobreza na criminalidade surte efeito com a diminuição do contato entre pais e filhos, enfraquecendo a transmissão dos preceitos familiares a despeito de como viver em sociedade. Isso pelo fato de muitas vezes, em famílias de baixa renda, os pais passarem o dia trabalhando, deixando seus filhos para serem criados na rua sob a influência de outros jovens (VERGARA, 2010).

Costa (2005, p. 116) afirma que para as camadas populares a segurança pública não é apenas um problema de polícia, mas sim de três dimensões: institucional, social e alteridade.

dimensão institucional- direitos do indivíduo à proteção, conforme se pode ler na constituição, a contar com o reaparelhamento da polícia; dimensão social- emprego, salário, educação, moradia e saúde; dimensão da alteridade- relações de confiança e respeito mútuo, dentro e fora do plano familiar.

Desta forma, a pesquisa de Costa (2005) chegou a ter conclusões sobre essas três dimensões, por meio do levantamento de dados. Como se observa na **Tabela 1**, a maioria da população pesquisada, 67,6%, alude aos direitos individuais da segurança pública com uma ressalva da proteção policial (dimensão institucional).

Tabela 1: Dimensões conceituais de segurança pública e níveis de análises

Dimensões conceituais de Segurança pública	Nível de Análise	% Pessoas
Institucional: direito individual à ordem pública com Polícia	Individual e Organizacional	67,6%
Social: emprego, educação, saúde, moradia	Social	23,2%
Alteridade, confiança e respeito mútuo	Interpessoal	9,2%
		100,0%

Fonte: adaptado de Costa (2005, p. 116)

Portanto, são vários os tipos de violência e atividades criminosas que denigre a segurança pública e acabam por influenciá-la, e é possível analisar as consequências em vários ângulos. Como afirma Zaluvar (2007), o uso de drogas ilícitas é um dos principais problemas mundiais, devido à incapacidade no seu combate, agravado pelo poder logístico impressionante que os criminosos desenvolveram para a circulação dessas drogas em todas as partes do mundo, tornando-se um dos maiores setores econômicos.

Contudo, é mais uma parte dos negócios criminosos que funcionam em vários setores da sociedade, ou seja, abrange uma cadeia, transformando-a em uma teia, e muitos criminosos se utilizam de meios que os tornam aparentemente legais (ZALUAR, 2007), sendo que, a cada dia, dado o crescimento urbano nas cidades, suas ações veem tornando novas e maiores dimensões.

1.3. CRESCIMENTO URBANO

A respeito do crescimento urbano no país, Lodder (1977, p. 462) afirma que os principais eventos foram:

a partir de meados do século XIX, alguns fatos novos começaram a ocorrer de uma maneira um tanto desordenada. Podemos destacar entre esses

acontecimentos: (a) o aumento acelerado da população total do País; (b) os efeitos induzidos e os reflexos da Revolução Industrial enquanto processo; e (c) o incipiente, mas nem por isso desprezível, crescimento industrial no País. Esses novos acontecimentos- novo no sentido de sua relativa importância entre as influências que se faziam sentir sobre o processo- viriam diretamente participar da determinação do sistema urbano brasileiro ou, em outras palavras, a fase por que passava este sistema seria grandemente influenciada por tais fatores.

Considera-se que a fase de urbanização brasileira é relativamente recente, tendo o seu início nos anos cinquenta do século XX, período marcado por mudanças na população e na economia (DIAS, 2005). Os dados censitários demonstram que só a partir do início da década de 1970 é que o Brasil teve sua população rural superada pela urbana.

Apesar de as cidades já fazerem parte do cenário nacional desde a fase colonial, existiam poucos centros urbanos, pois na república velha (1889/1930) a industrialização era singela, motivada pela economia cafeeira. Salienta-se ainda que o Estado procura manter controle das migrações internas, já que a maioria acontecia apenas para Rio de Janeiro e São Paulo, locais onde a economia era crescente (BRITO; HORTA; AMARAL, 2001).

Após a revolução industrial pode-se notar o crescimento urbano explosivo nas cidades. Segundo Gomes (2005), as aglomerações urbanas, que na origem da humanidade era sinônimo de lugar seguro em se viver, se transformaram, com o decorrer do tempo, em locais inseguros, perigosos, repartidos e fragmentados.

Com a evolução da expansão populacional brasileira, o Brasil experimentou, já na segunda metade do século XX, um dos mais acelerados processos de urbanização, que ocorreu trazendo consigo problemas sociais, econômicos e ambientais. Em consequência, as classes mais pobres foram as mais hostilizadas com essa transição, ocorrendo o descaso com as necessidades do maior grupo social brasileiro – os pobres (MARTINI; MCRANAHAN, 2010).

O Brasil, que até então era visto apenas como um país subdesenvolvido da América do Sul, considerado ainda como dependente e periférico, passou a gozar de alguns prestígios devido ao seu crescimento econômico e à internalização de capitais

(globalização), passando a ser reconhecido por algumas economias internacionais como modelo de inovação produtiva, de gestão de políticas sociais, bem como de política urbana (MARICATO, 2013).

1.4. CRESCIMENTO URBANO *VERSUS* CRESCIMENTO DA CRIMINALIDADE

O Brasil é um país que tem uma história complexa, envolvendo questões políticas, desigualdades sociais e outros aspectos. Adorno (2002) afirma que o Brasil é um país egresso de um regime autoritário, que há duas décadas vem experimentando quatro tendências: a) o crescimento da delinquência urbana, ou seja, de crimes contra o patrimônio (roubo, extorsão mediante sequestro) e de homicídios dolosos, b) a emergência do crime organizado (tráfico de drogas), c) a violação dos direitos humanos, e d) a explosão de conflitos nas relações intersubjetivas, ou seja, entre vizinhos.

Cerqueira (2014) pressupõe que a modalidade de crime ‘roubo’ configura como um grande problema, com uma enorme incidência de crimes violentos contra o patrimônio, e ainda pelo crescimento alarmante desta criminalidade, que está cada vez mais causando inquietação para toda a sociedade. Segundo o site de notícias G1, foram registrados em 2017, somente no estado de Pernambuco, cerca de 31.570 casos desse tipo de crime nos primeiros 90 dias do ano, resultando em uma média de 14 crimes contra o patrimônio por hora (PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO, 2017).

Os crimes contra o patrimônio estão previstos no Título II da parte especial do Código Penal Brasileiro, segundo os quais se subdividem em: a) furto (art.155) – subtração de coisa alheia móvel, b) roubo (art.157) – subtração de coisa alheia móvel mediante grave ameaça, c) extorsão (art.158) – constranger alguém no intuito de obter vantagem indevida, d) extorsão mediante sequestro (art.159) – sequestrar pessoa com intuito de obter vantagem como condição de resgate, e) usurpação (art.161) – apropriar-se de coisa imóvel alheia e f) estelionato (art.171) – obter vantagem ilícita para si por meio de erro ou outro meio fraudulento (BRASIL, 2017).

O Brasil adotou uma postura proibicionista e repressiva em relação ao uso das drogas, implantando, em 1976, a Lei 6.368 que ficou vigente até o ano de 2006, quando foi revogada com a publicação da nova legislação antidrogas, a Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006. A legislação anterior punia com mais rigor, com um tratamento de igualdade tanto para o traficante quanto para o usuário de drogas, punindo assim com restrição de liberdade, de acordo com o artigo 16 da referida lei revogada (FRANCISQUINHO; FREITAS, 2008):

art.16 - Adquirir, guardar ou trazer consigo, para uso próprio, substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e pagamento de 20 (vinte) a 50 (cinquenta) dias-multa.

A nova legislação veio com um posicionamento mais prevencionista extinguindo a pena de restrição de liberdade para o usuário de drogas. De acordo com o artigo 28 da lei 11.343/06, aquele que adquirir, guardar ou trazer consigo substância entorpecente para uso próprio, poderá ter como pena uma advertência sobre o uso das drogas; prestação de serviço à comunidade; ou outra medida alternativa como comparecimento a programas ou curso educativo. Por outro lado, o texto da nova lei trouxe uma punição mais severa em relação ao tráfico de drogas. O artigo 33 da referida lei posiciona que:

art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar: Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa (BRASIL, 2006).

De acordo com o artigo 33 da nova lei de drogas, considerando a figura do traficante, a pena mínima foi alterada, passando de três anos para cinco anos de reclusão, e a pena máxima foi mantida. Em relação à multa, esta também sofreu alteração; na lei anterior era de trinta a trezentos e sessenta dias multa, já na nova legislação a pena de multa foi majorada, passando a ser de quinhentos a um mil e quinhentos dias multa.

A lei penal possui uma Parte Especial para proteção da vida e, o Código Penal conceitua quatro formas de crimes contra a vida: o homicídio (artigo 121), infanticídio (art. 123), auxílio, instigação ou induzimento ao suicídio (art. 122) e aborto (arts. 124 e 126), sendo o infanticídio apenas uma forma qualificada do homicídio. O conceito legal de homicídio está no caput do Código Penal na regra primária do art. 121, com a seguinte definição: “matar alguém” (BRASIL, 2017).

A nova legislação se mostra como um ponto positivo, uma vez que tal inovação possa atuar de forma significativa no combate às drogas, que cada vez mais se mostra como um dos mais graves problemas enfrentados no Brasil e é um dos fatores atenuantes que, aliado ao crescimento urbano, exercem influência direta no aumento da criminalidade.

O fenômeno da criminalidade tornou-se global, embora ocorram diferentes magnitudes em relação às formas e causas relativamente aparente. De acordo com Silva (2012), em relação ao índice de crimes, particularmente o homicídio é considerado um “termômetro” da violência, podendo ser visto talvez como o mais grave problema social.

Francisquinho e Freitas (2008) defendem que grande parte dos crimes está correlacionada com o uso e o tráfico de drogas ilícitas. Os autores explicam que para manter o vício, os usuários de drogas praticam furtos e roubos se apropriando de objetos da casa de seus pais em moeda de troca por drogas. Por outro lado, o traficante para garantir o recebimento do que vendeu e impedido de cobrar na justiça a dívida de droga, faz justiça com as próprias mãos, chegando até mesmo a cometer homicídio contra o dependente que não paga pelo que consumiu.

Com o aumento da criminalidade urbana a sociedade fica atemorizada. Diante das imagens veiculadas pela mídia eletrônica, pintam cenários dramáticos de jovens, alguns entre a infância e juventude, audaciosos, violentos, dispostos a todo ato de ação, inclusive matar gratuitamente (ADORNO; BORDINI; LIMA, 1999), ou seja,

pouco a pouco, uma opinião pública inquieta, certamente influenciada pelo impacto que o rápido crescimento da criminalidade urbana violenta exerceu e vem exercendo sobre o comportamento coletivo, passa a suspeitar de um

envolvimento crescente e inexorável desses jovens com o crime, principalmente daqueles procedentes dos setores mais pauperizados das classes trabalhadoras (ADORNO; BORDINI; LIMA, 1999, p.62)

Para Adorno (2002, p. 92), no país, desde a década de 1970, vem-se exacerbando o sentimento de medo e insegurança, pois as estatísticas mostram que a partir dessa década houve a aceleração do crescimento de todas as modalidades delituosas ou da criminalidade, ainda, o alvo dessas práticas delituosas são adolescentes, jovens e adultos masculinos, mais conhecidos como “classes populares urbanas”.

Diante desse cenário, o planejamento urbano passou a ignorar a demanda crescente de crimes que foi minimizado em face de outros fatores, como a capacidade de retorno do investimento na segurança, que por sua vez é de difícil mensuração, dificultando, dessa forma, a obtenção de recursos necessários (GOMES, 2005).

Diante da problemática – crescimento urbano e crescimento da criminalidade, as autoridades públicas colocam em prática estratégias para manter a ordem, pois como afirma Adorno (2002), a sociedade mudou principalmente os modos comportamentais, mas o modo como tratá-las continua estático.

Nas palavras de Adorno, Bordini e Lima (1999), o aumento da criminalidade, na atualidade, é uma das principais preocupações como problema social que se defronta o cidadão brasileiro. E não são poucos aqueles que têm uma história a ser contada: já foram vítimas de alguma ofensa criminal, especialmente furtos e roubos.

Nesse sentido existe a controvérsia dos benefícios do crescimento e expansão desenfreada da área urbana, sem o devido planejamento, gerando grandes periferias metropolitanas, atraindo pessoas de baixa renda e com sérios problemas de inserção social. Tal fato tem sido fator atenuante para o crescimento dos índices de criminalidade, tendo como principais efeitos os crimes contra a vida e principalmente os crimes contra o patrimônio, como é exemplo do furto e o roubo, em que muitas vezes são também cometidos por influência das drogas (FRASSON, 2015).

2. METODOLOGIA

Com base nos objetivos apresentados, este estudo foi descritivo e exploratório. A pesquisa exploratória visa proporcionar uma familiaridade com o problema proposto da pesquisa, ou seja, o torna explícito ou constroem as hipóteses; já na descritiva, expõem-se as características de um determinado grupo, demandando técnicas com padrões para a coleta de dados (PRADANOV; FREITAS, 2013). Quanto ao método, para a pesquisa foi o dedutivo. Para Pradanov e Freitas (2013), a dedução analisa os problemas partindo do geral para o particular, por meio de uma cadeia de raciocínio decrescente.

Em relação à abordagem do problema, a pesquisa é quali-quantitativa. A abordagem qualitativa “tem o ambiente como fonte direta dos dados” (PRADANOV; FREITAS, 2013, p. 70). Em relação à abordagem quantitativa, os autores observam que “requer o uso de recursos e técnicas de estatística, procurando traduzir em números os conhecimentos gerados pelo pesquisador” (PRADANOV; FREITAS, 2013, p. 127).

Quanto às técnicas de coleta de dados, foi utilizada a análise documental, como também a revisão bibliográfica. “A técnica documental tem por finalidade reunir, classificar e distribuir os documentos de todo o gênero dos diferentes domínios da atividade humana” (MARTINS, 1994, p. 28), e ainda, “A pesquisa documental baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (PRADANOV, FREITAS, 2013, p. 55). Já em relação à bibliográfica, estes autores salientam que visa selecionar as contribuições científicas de determinado assunto, para que assim se possa obter uma contribuição no objeto/assunto a ser pesquisado.

Quanto aos procedimentos de coleta de dados utilizados na pesquisa documental, foram utilizados arquivos do sistema de banco de dados digitais da 1ª Delegacia de Policial Civil, referente ao período de 2009 a 2016, considerando a sistematização dos dados a partir daquele primeiro ano, para obter êxito nas informações. A pesquisa bibliográfica foi feita em obras que já foram publicadas,

constituindo-se em livros, publicações em periódicos e artigos científicos, teses, dissertações e internet.

O universo ou público alvo da pesquisa foram todas as ocorrências registradas por pessoas residentes no município de Cacoal, bem como por aquelas que por algum motivo, mesmo que de passagem no município, precisaram acionar a segurança pública local no período de abrangência da pesquisa de 2009 a 2016.

Quanto à amostra, a pesquisa procurou alcançar as ocorrências registradas no período e consideradas de maior impacto na sociedade, sendo intencional. Assim a pesquisa foi realizada no município de Cacoal-RO, com um levantamento de dados existentes no Sistema de Segurança da cidade, ou seja, informação da 1ª Delegacia de Policial Civil, disponibilizadas a partir de 2009.

Tratando-se dos aspectos éticos, conforme Prodanov e Freitas (2013), a ética são os comportamentos humanos que respeitam princípios que diante da sociedade são moralmente aceitos ou plausíveis, que por sua vez são adotados nas pesquisas científicas, pois busca-se a construção do conhecimento por meio da observação, identificação, descrição e outros meios.

O projeto da pesquisa seguiu o manual de elaboração de artigo científico do curso de administração da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Câmpus Professor Gonçalves Quiles (SILVA; TORRES NETO; QUINTINO; 2010). Os dados das vítimas dispostos no banco de dados da 1ª Delegacia de Policial Civil foram preservados. Todas as ideias citadas tiveram seus autores mencionados, não havendo plágio ou fraude da parte do pesquisador, conforme afirmado no Termo de Isenção de Responsabilidade (ANEXO A).

Ademais, a análise dos dados foi um levantamento de todas as informações adquiridas pelas técnicas aplicadas e nessa fase serão classificados todos os dados colhidos e colocados em uma sequência lógica. Portanto, Martins (1994) afirma que nessa fase é preciso construir gráficos, tabelas e a estatística com seu senso crítico para as interpretações, o que foi observado quanto aos dados quantitativos oriundos do banco de dados da 1ª Delegacia Policial Civil (DPC) do município de Cacoal-RO.

Para o levantamento desses dados foram utilizados os programas de computador Excel e Word, além de outras ferramentas que facilitam a exposição das informações coletadas. Quanto aos dados qualitativos, particularmente os oriundos do banco de dados da 1ª DPC, foi feita análise do conteúdo dos relatórios, conforme o tipo de informação (dados subjetivos). Nessa fase, os dados coletados foram dispostos em tabelas e/ou gráficos, organizados para facilitar a compreensão e interpretação.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A análise e discussão dos dados é um importante aliado para a confirmação do objetivo da pesquisa. A análise seguirá duas etapas: analisar a expansão da urbanização, confrontando os impactos da criminalidade.

3.1 ÍNDICE DE CRESCIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE CACOAL/RO

O fenômeno que mais contribui para o desenvolvimento da criminalidade é a expansão urbana que aumentou gradativamente no município de Cacoal/RO. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) pressupõe, no censo 2010, que a estimativa da população é de 78.574 habitantes, com densidade demográfica de 20,72 habitantes por quilômetro quadrado (hab/km²), chegando a uma densidade de 23,17 hab/km² em 2016, uma densidade relativamente maior se comparada a capital do Estado (Porto Velho), conforme apresentado na **Tabela 2**.

Tabela 2: Evolução demográfica das cidades de Cacoal e Porto Velho.

Cidade		2007	2010	2013	2016
Porto Velho	Habitantes	369.345	428.527	475.818	511.219
	hab/km ²	12,27	14,24	15,81	16,99
Cacoal	Habitantes	76.155	78.574	85.000	87.877
	hab/km ²	20,08	20,72	22,41	23,17

Fonte: elaborada pelo autor com dados do IBGE (2016).

Os quantitativos de habitantes cresceram cerca de 17,18% em comparação com a capital do Estado. O IBGE por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de

Domicílios (PNAD, 2015), destaca que o município de Cacoal/RO, está na posição 5 dentre 52 do Estado de Rondônia, e em comparação com outros municípios do País está na posição 384 dentre os 5.570 municípios do Brasil.

O desenvolvimento urbano trouxe inúmeros benefícios mercadológicos, porém, devido aos aspectos culturais, educacionais e econômicos oriundos de um grupo de cidadãos migrantes em condições financeiras e intelectuais baixas, a acessibilidade ao crime e às drogas é mais comum, indo de encontro às afirmações de Frasson (2015) sobre os principais fatores de crimes contra a vida e contra o patrimônio.

A partir de 2009, o desenvolvimento dos bairros em Cacoal foi crescente e isso acarretou no crescimento populacional do município, indicado pelo IBGE (2017) que demonstrou uma estimativa de 87.877 habitantes para 2016. A **Fig. 1** evidencia a localização desses bairros e loteamentos.



Figura 1: Mapa do município de Cacoal/RO

Fonte: próprio autor, com dados do site Google Maps (2017)

De acordo com os dados da Câmara Municipal de Cacoal (2017) e do Portal Transparência (2017), a expansão dos bairros correspondeu em média à 8,68 km² no

período de 2009 a 2016. Esse avanço ocorreu em virtude do aumento do contingente populacional, principalmente em razão da migração rural, considerando o investimento financeiro em atividades comerciais e recolocação empresarial no mercado de trabalho, o que impulsionou o surgimento de novos bairros, intensificando, de forma considerável, a área demográfica urbana do município. A **Tabela 3** apresenta os resultados da expansão.

Tabela 3: Crescimento da ocupação geográfica de Cacoal de 2009 a 2016, em Km²

Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Km ²	0,697	0,284	1,475	2,930	0,228	0,999	1,658	0,411	8,683

Fonte: Elaborado pelo próprio autor com dados da Câmara Municipal de Cacoal (2017).

Conforme a **Tabela 3**, os anos relativamente mais desenvolvidos foram os de 2011, 2012 e 2015, que são decorrentes da criação de novos bairros, tais como: Jardim Itália III, Jardim Royale, São Marcos, Embatel, Vila Romana, Morada do Bosque, Alpha Parque, Greenville I, Greenville II, Greenville III, Greenville IV, Sete de Setembro, Loteamento Regional (bairro Parque Brizon), Colina Park e Loteamento Ouro Verde.

Esses bairros foram rapidamente populacionados devido o apoio de crédito para construção e outros incentivos para captação de recursos. Outrora, os investidores visionários, com objetivo de expansão mercadológica e criação de novos espaços de domicílio, criaram estratégias em busca de meios inovadores de empreendimento que fortaleceria as redes consumidoras do município, valorizando, consequentemente o ambiente e possibilitando um retorno positivo.

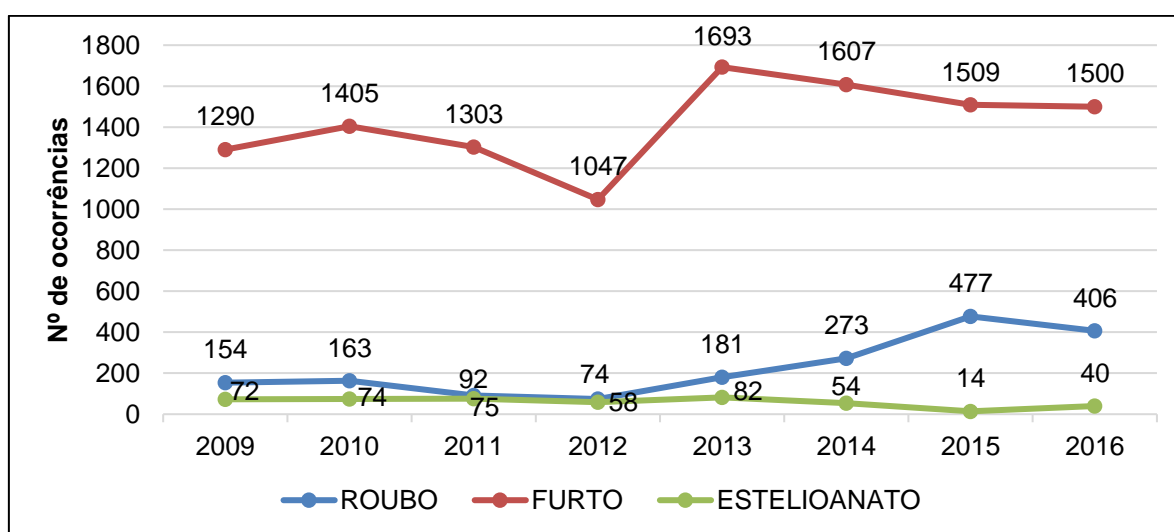
3.2 TIPOS E ÍNDICES DE CRIMINALIDADES DE 2009 A 2016

No município de Cacoal, como em muitos outros do Brasil, a criminalidade tem acompanhado as rápidas transformações urbanas e socioeconômicas decorridas nos últimos anos. Como resultado, essas transformações provocaram a ampliação e densificação da área urbana. No centro desse processo, o município de Cacoal tem presenciado o acentuado aumento da violência urbana, principalmente no tocante aos

crimes contra o patrimônio, segundo os quais apresentaram os maiores números de ocorrências em relação aos demais tipos de crimes (contra a vida e tráfico de drogas).

A análise da série histórica dos dados referentes aos crimes contra o patrimônio, registrados na 1ª DPC do município, no intervalo de tempo analisado, de 2009 a 2016 mostra a proporção do problema social e de segurança pública que a cidade enfrenta. O **Gráfico 01** apresenta os resultados obtidos.

Gráfico 1: Total de crimes contra o patrimônio registrados em Cacoal (2009-2016).



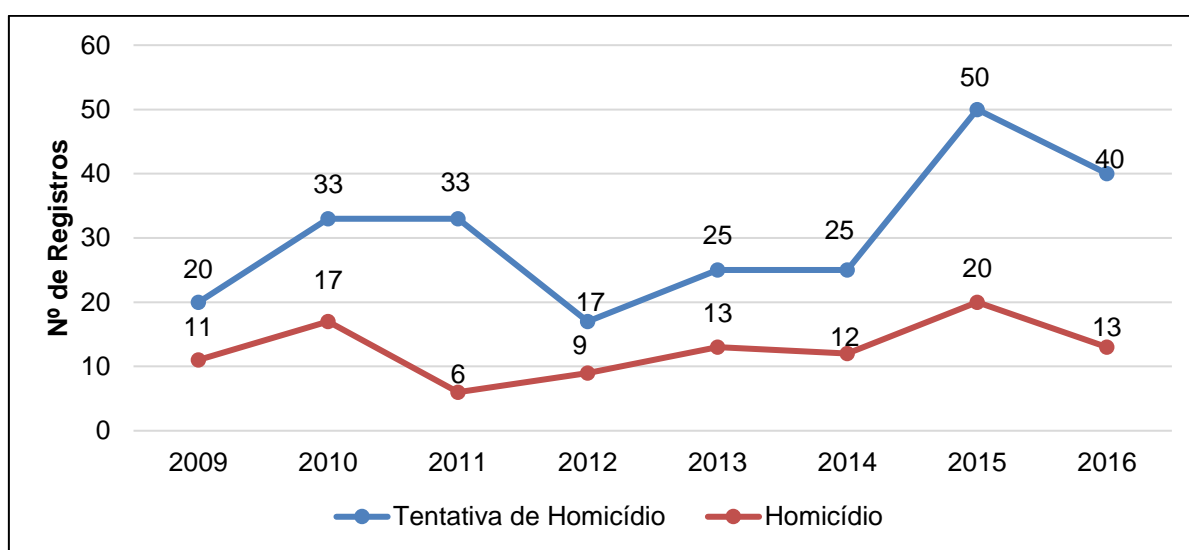
Fonte: próprio autor, com dados do Banco de Dados do SISDEPOL/1ªDP de Cacoal/RO (2017).

Observa-se que em relação aos crimes contra o patrimônio, a modalidade furto apresentou as maiores ocorrências, com destaque para o ano de 2013, onde foram registrados um total de 1.693 eventos, apresentando um aumento de 61,7% em relação ao ano anterior. Em relação à modalidade roubo, foram registrados 154 casos em 2009, subindo para 406 episódios em 2016, apresentando um vertiginoso aumento de 163,6% nesse curto espaço de tempo.

Salienta-se que o produto de maior roubo é o aparelho celular, item que qualquer cidadão possui e que por ser de fácil comercialização, sendo um forte atraente aos criminosos. Por outro lado, o índice de crime de estelionato em 2016 caiu mais de 40%, se comparado ao ano de 2009.

Outro tipo de crime que tem contribuído para o aumento da violência no município é o crime contra a vida, mais especificamente os crimes de homicídio e tentativa de homicídio. Durante o período de 2009 a 2016 foram registrados no município de Cacoal, pela 1ª DPC, um total de 101 homicídios e 243 tentativas. O **Gráfico 2** demonstra que o substancial crescimento do número de crimes contra a vida registrados nos últimos anos em Cacoal é preocupante e deve despertar a atenção do poder público e da sociedade em geral.

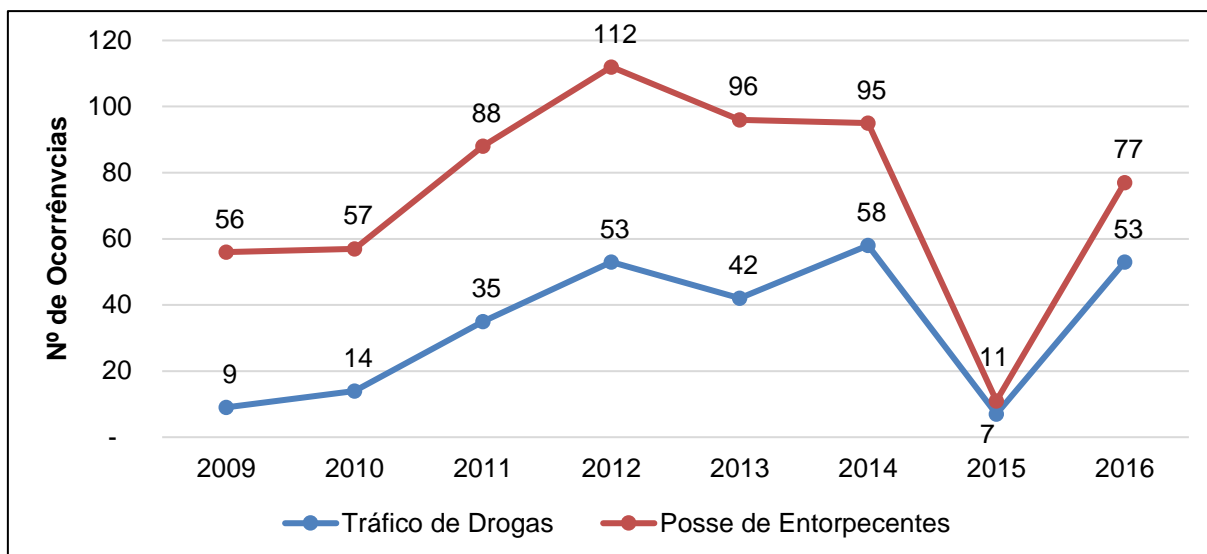
Gráfico 2: Total de crimes contra a vida registrados em Cacoal (2009-2016)



Fonte: próprio autor, com dados do Banco de Dados do SISDEPOL/1ªDP de Cacoal/RO (2017).

A evolução dos índices de crimes contra a vida, no município, se deu de forma variada entre os anos analisados. Em 2009, foi registrado um total de 31 casos, dos quais 11 culminaram em fatalidade. Por outro lado, enquanto houve uma queda gradativa no número desse tipo de crime entre os anos de 2010 a 2012, observa-se que nos anos subsequentes esses números subiram substancialmente, tendo como ápice o ano de 2015, onde foram registrados 20 homicídios e 50 tentativas, totalizando 70 registros de crimes contra a vida, apresentando um aumento de 125,8%, se comparado ao ano de 2009.

Nas ocorrências listadas nos gráficos 1 e 2 nota-se que, considerando o número de registros, o roubo e o furto se destacam de forma considerável, o que pode estar relacionado com o tráfico de drogas. O **Gráfico 3** apresenta o aumento acentuado de ocorrências envolvendo drogas no município.

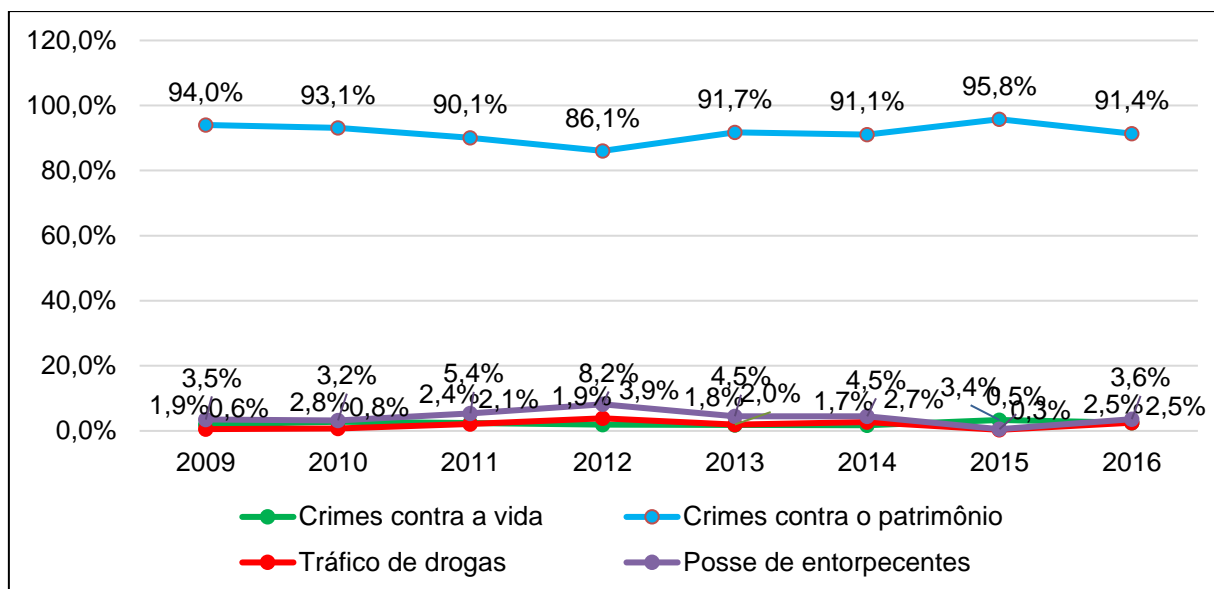
Gráfico 3: Total de ocorrências envolvendo drogas em Cacoal (2009-2016)

Fonte: próprio autor, com dados do Banco de Dados do SISDEPOL/1ªDP de Cacoal/RO (2017).

Nos três primeiros anos da série analisada (2010-2012), o número de registros de ocorrências envolvendo drogas se comportou de maneira ascendente. Por outro lado, os três anos subsequentes foram marcados por uma queda constante desses índices, com destaque para o ano de 2015, que apresentou uma queda aproximada de 88% no número de ocorrências, tanto relativas ao tráfico quanto a posse de entorpecentes. O índice voltou a crescer no ano de 2016, apresentando um salto substancial. Foram registrados nesse ano 53 casos de tráfico de drogas e 77 casos de posse de entorpecentes, um aumento de 657% e 600%, respectivamente.

Conforme observou Francisquinho e Freitas (2008), grande parte dos crimes contra o patrimônio (roubo e furto) e dos crimes contra a vida (homicídio e tentativa de homicídio) estão correlacionados com o uso e o tráfico de entorpecentes. Isso porque para sustentar seus vícios os usuários de drogas praticam roubos e furtos, pois não conseguem pagar pela droga que consumiram e podem correr risco de morte por parte dos traficantes.

Nos 7 anos analisados, cabe destacar a grande proporção dos crimes contra o patrimônio em relação aos demais, onde essa modalidade de crime, com exceção do ano de 2012, manteve-se com média acima dos 90% do total de crimes ao longo da série analisada. O **Gráfico 4** expõe os resultados obtidos.

Gráfico 4: Proporção de crimes em Cacoal (2009-2016).

Fonte: próprio autor, com dados do Banco de Dados do SISDEPOL/1ªDP de Cacoal/RO (2017).

Apesar de os crimes contra o patrimônio no município de Cacoal serem mais expressivos e representarem uma esmagadora maioria em relação aos demais tipos de crimes, ao observar os índices separadamente é possível perceber que houve uma grande variação ao longo da série histórica analisada.

3.3 INFLUÊNCIA DA EXPANSÃO URBANA NA SEGURANÇA PÚBLICA, NO MUNICÍPIO DE CACOAL/RO

Em análise ao quadro da violência urbana no município de Cacoal e os resultados obtidos, tal fato requer atenção do poder público, tendo em vista o grande crescimento dos mais diversos tipos de crimes impactando, de forma significativa, a segurança pública do município. Em razão do acelerado processo de êxodo rural e de maior investimento nas atividades comerciais, o município presenciou, ao longo da série analisada, o surgimento de diversos loteamentos formando novos bairros.

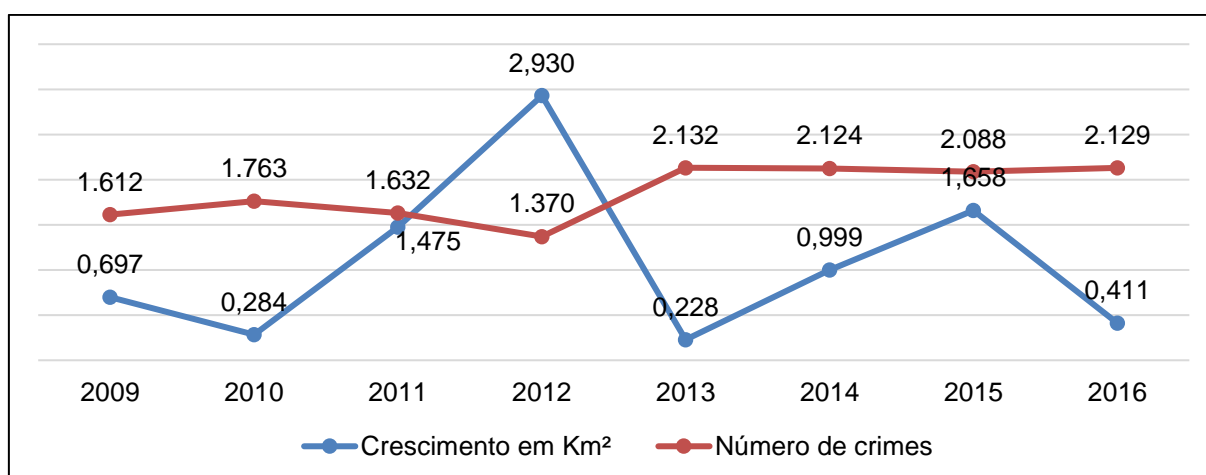
Pelo exposto no referencial teórico e acompanhando tendências das grandes cidades brasileiras, a cidade de Cacoal absorveu um considerado número de pessoas, aumentando seu território urbano, mas não foi acompanhado pela infraestrutura urbana (emprego, moradia, saúde, educação, qualificação, entre outros),

desencadeando uma série de problemas sociais, a exemplo do aumento da criminalidade, sobretudo em relação aos crimes contra o patrimônio.

O acelerado crescimento territorial urbano do município, sobretudo nos primeiros anos (2010, 2011 e 2012) da série analisada, refletiu no aumento dos crimes nos anos subsequentes (2013, 2014, 2015 e 2016). A explicação para esse comportamento seria o fato de que neste cenário ocorreram a ocupação demográfica dos novos loteamentos (novos bairros), como pode ser observado nos dados da **Tabela 3**, onde a variação de crescimento demográfico nesse período (2013 a 2016) correspondeu a 3,38%, chegando a média de 23,17 habitantes por quilômetro quadrado, uma ocupação territorial cerca de 36,37% maior se comparada com a capital Porto Velho.

O **Gráfico 5** apresenta o crescimento territorial urbano e o aumento dos índices de criminalidade, de 2009 à 2016, em Cacoal. O pico de crescimento territorial, por km², ocorrido no ano de 2012, foi decorrente do processo de regularização de bairros e loteamentos. Após este ano observa-se uma elevação no número de crimes no ano de 2013, permanecendo ligeiramente menos nos dois anos subsequentes e elevando em 2016.

Gráfico 5: Crescimento territorial urbano *versus* números de crimes em Cacoal de 2009 à 2016.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor com dados do Banco de Dados do SISDEPOL/1ªDP de Cacoal/RO (2017).

De acordo com o exposto por Frasson (2015), o acelerado crescimento e expansão desenfreada da área urbana, sem o devido planejamento, pode gerar grandes periferias metropolitanas, atraindo pessoas de baixa renda e com sérios problemas de inserção social. Nesse sentido, esse processo pode contribuir para o crescimento dos índices de criminalidade, tendo como principais fatores os crimes contra a vida e principalmente os crimes contra o patrimônio, como é exemplo do furto e o roubo.

Uma vantagem para o município de Cacoal, de um modo geral, é que apesar da rápida urbanização, o arranjo territorial e demográfico ocorreu de forma, de certo modo, organizada, se comparado, por exemplo, as cidades de Porto Velho, Ji-Parana e Ariquemes onde a ocupação demográfica surgiu de forma mais acentuada do que a realocação dos recursos básicos.

Em síntese, percebe-se uma contribuição para processo de segregação socioespacial com o surgimento de favelas e periferias de baixa renda, caracterizadas pela ausência de serviços sociais e agravadas pela violência. Assim, se essa realidade se aplicasse à cidade de Cacoal, os altos índices de criminalidade do município seriam ainda mais expressivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Averiguou-se que o índice de criminalidade aumentou consideravelmente após a expansão dos bairros no município de Cacoal/RO, decorrente do consumismo, provocando acesso aos bens, que por sua vez, influenciados pelos componentes sociais, colaborou na ingressão de mais indivíduos no 'mundo criminal'. A pesquisa buscou identificar os impactos causados na segurança pública devido à expansão urbana do município, no período de 2009 à 2016, sendo considerado o crescimento urbano do município face a população e os bairros, e apontou-se os mais latentes. Nota-se que o resultado obtido, em contrapartida com a teoria, demonstra um nível elevado de crimes que precisam de total atenção pública e humana, visto que esse aumento é crescente a cada ano que passa.

A pesquisa apresentou vasto conhecimento no que tange a realidade local dos crimes no município de Cacoal/RO. Os objetivos foram atingidos com clareza, identificando os tipos e os índices dos crimes no período abordado e os impactos na segurança pública. Quanto ao problema levantado em questão, conclui-se que os impactos ocorridos na segurança pública decorrentes da expansão urbana no município de Cacoal/RO foram o aumento de crimes contra o patrimônio, contra vida e inclusive o estelionato. E um dos principais produtos que mais inspiram os furtos, são os aparelhos celulares, item esse de fácil acesso a qualquer cidadão e de fácil comercialização.

Os dados da pesquisa norteiam à suposição de que a expansão urbana é a principal responsável pela criminalidade desenfreada, que promovendo elevadas taxas de roubo. Todavia, o componente desenvolvimento urbano industrial não é o único mediador destes conflitos; leva-se em consideração também os aspectos governamentais quanto à implantação de mecanismos, controles e legislação que beneficiem a sociedade nos cuidados básicos dessa necessidade hierárquica de segurança. Os resultados da pesquisa apontam ainda, que a expectativa é que as taxas criminalísticas decaiam com a abertura social e econômica oferecida pelo país, o que difere da realidade local, que aumenta gradativamente.

Conjectura-se que há fatores de desmotivação dos profissionais que estão diretamente ligados ao sistema prático de segurança pública; sistema este que, por vezes, é corrompido por grupos carcerários organizados internamente para suprir as necessidades de comando do crime externo. A segurança pública exige um rígido processo de controle dos crimes, responsabilização dos participantes e reinserção destes no mercado social. Destaca-se que mesmo com recursos insuficientes, os colaboradores interligados ao funcionamento operacional do sistema de segurança pública se dedicam a execução, atuando dentro das normalidades e buscam oferecer o melhor de sua mão-de-obra.

Aconselha-se que os profissionais relacionados ao sistema de segurança pública busquem mecanismos para melhor exercer suas funções, e que implantem técnicas de conscientização mais explícitas diante dos recursos que lhe são oferecidos, permitindo mais conforto de vida social à população cacoalense. Sugere-

se também que a população, em contrapartida, se mobilize para evitar exposições desnecessárias que facilitem o acesso do criminoso aos bens materiais de fácil furto, assim como não adquirir produtos não fiscalizados ou que não possuam comprovações fiscais.

A maior limitação encontrada no percurso de levantamento de dados refere-se ao acesso de informações junto aos órgãos do município, que, por sua vez, não possuem claramente determinados esclarecimentos da situação atual da expansão urbana local. Ao se tratar dos dados numéricos de crimes, o acesso foi flexível, com maior disponibilidade e riqueza de detalhes.

Embora o fator da expansão urbana do município de Cacoal esteja vinculado à maior incidência de crimes ao longo da série histórica analisada, seria equivocado afirmar que por si só tal fator seja responsável pelas práticas delituosas, pois a criminalidade é resultante de múltiplos fatores e não pode ser atribuída a apenas um único fator determinante. Contudo dados referentes a criminalidade local afetam a segurança de empresas estabelecidas no município e em se tornando muito reincidente pode vir a provocar o não interesse de novos empresários em investir ou abrir negócios em determinados bairros ou mesmo na cidade.

A recomendação para pesquisas futuras é detalhar os processos de pós-crime e os aspectos de reeducação dos criminosos, buscando apresentar sugestões de melhorias no sistema carcerário do país, como a própria privatização dos presídios, e até mesmo os recursos necessários para um melhor desenvolvimento da segurança pública.

REFERÊNCIAS

- 1 ADORNO, Sérgio; BORDINI, Eliana BT; LIMA, Renato Sérgio de. **O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana**. São Paulo em Perspectiva, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n4/v13n4a06.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2016.

- 2 ADORNO, Sérgio. **Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea**. Jornal de Psicologia-PSI, v. 132, 2002. Disponível em:<<http://novo.nevusp.org/wp-content/uploads/2015/01/down103.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2016.
- 3 ADORNO, Sérgio et al. **Exclusão socioeconômica e violência urbana**. Sociologias. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n8/n8a05>>. Acesso em: 28 out. 2016.

- 4 BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 20 out. 2016.

- 5 BRASIL. Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código penal**. Brasília, dez. 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm>. Acesso em: 27 mai. 2017.

- 6 BRASIL. Planalto. **Lei Nº 11.343, de 23 de Agosto De 2006**. Brasília, ago. 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm#art75>. Acesso em: 27 mai. 2017.

- 7 BRITO, Fausto; HORTA, Cláudia; EF de L. AMARAL. **A urbanização recente no Brasil e as aglomerações metropolitanas**. XXIV IUSSP *General Conference*. 2001. Disponível em: <<http://www.ernestoamaral.com/docs/presentations/IUSSP2001apaper.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2016.

- 8 CAMARA MUNICIPAL DE CACOAL. **Legislação municipal**. Disponível em: <<http://177.22.105.12/portal/leis>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

- 9 CÂMARA, Paulo Sette. **A política carcerária e a segurança pública**. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, ano 1, Edição 1, 2007. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?q=Camara%2C+Paulo+Sette.+A+pol%C3%ADtica+carcer%C3%A1ria+e+a+seguran%C3%A7a+p%C3%BAblica+2007&btnG=&hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5>. Acesso em: 28 out. 2016.

- 10 CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro; LOBÃO, Waldir; CARVALHO, Alexandre de. **O jogo dos sete mitos e a miséria da segurança pública no Brasil**. (2005). Disponível em:

<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1778/1/TD_1144>. Acesso em: 26 set. 2016.

11 _____. Atlas da Violência 2017. **Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, Rio de Janeiro, jun. 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/porta/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017.

12 CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro. **Causas e consequências do crime no Brasil**. BNDES, Rio De Janeiro, jan. 2014. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/download/Concurso0212_33_premiobndes_Doutorado.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2017.

13 COSTA, Arthur; GROSSI, Bruno C. **Relações intergovernamentais e segurança pública: uma análise do fundo nacional de segurança pública**. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, Sao Paulo, v. 1, n. 1, fev. 2007. Disponível em: <http://srvweb.uece.br/labvida/dmdocuments/relacoes_intergovernamentais.pdf>. Acesso em: 28 out. 2016.

14 COSTA, Ivone Freire; BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Segurança Pública no Brasil: um campo de desafios**. EDUFBA, 2010. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?q=COSTA%2C+Ivone+Freire.+BALESTRERI%2C+Ricardo+Brisolla.Seguran%C3%A7a+p%C3%BAblica+no+Brasil%3A+um+campo+de+desafios.+Salvador%3A+EDUFBA%2C2010.+&btnG=&hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5>. Acesso em: 28 out. 2016.

15 COSTA, Ivone Freire. **Polícia e sociedade: Gestão de segurança pública, violência e controle social**. **EDUFBA**, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/472/1/Policia%20e%20Sociedade.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2016.

16 DIAS, Fabiano. **O desafio do espaço público nas cidades do século XXI**. Arquitextos. São Paulo (2005). Disponível em: <<http://sites.google.com/site/anaurabrito/Arquitextos-desafiodoespacopublico-F.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2016.

17 DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

18 FRANCISQUINHO, Sergio; FREITAS, Solange Pinheiro De. **A influência das drogas na criminalidade**. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, nov. 2008. Disponível em: <http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/File/artigos/seguranca/a_influencia_das_drogas_na_criminalidade.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2017.

- 19 FRASSON, Mariana Cristina Galhardo. **A criminalidade gerada pelo tráfico de drogas. JUSBRASIL**, Brasília, mai. 2015. Disponível em: <<https://marianafrasson.jusbrasil.com.br/artigos/253046155/a-criminalidade-gerada-pelo-trafico-de-drogas>>. Acesso em: 26 mai. 2017.

- 20 GARRIDO, Adriana Cristina Oliver. **Fatores sociais de criminalidade**. Faculdade Atenas, Paracatu - MG, n. 1, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.atenas.edu.br/Faculdade/arquivos/NucleoIniciacaoCiencia/REVISTAS/REVIST2007/5.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2017.

- 21 GOOGLE MAPS. **Imagem de satélite do município de Cacoal**. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-11.4998206,-61.4593531,8074a,35y,38.11t/data=!3m1!1e3>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

- 22 GOMES, Carlos Alberto da Costa. **Espaço urbano e criminalidade: uma breve visão do problema. RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 7, n. 11, 2007. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-R&q=GOMES%2C+Carlos+Alberto+Costa.+Espa%C3%A7o+urbano+e+criminalidade%3A+uma+breve+revis%C3%A3o+do+problema.+Revista+de+desenvolvimento+econ%C3%B4mico.+Ano+VII%2C+Salvador+BA%2C+jan%2F2005.+&btnG=&lr=>>>. Acesso em: 28 de out. 2016.

- 23 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades: Rondônia - Cacoal**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=110004>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

- 24 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Habitantes de Rondônia**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=110004>>. Acesso em: 20 out. 2016.

- 25 LODDER, Celsius A. **O processo de crescimento urbano no Brasil**. Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 7, n. 2, 1977. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?q=LODDER%2C+Celsius++o+processo+de+crescimento+urbano+no+brasil&btnG=&hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5>. Acesso em: 28 out. 2016.

- 26 MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual de elaboração de monografias e dissertações**. São Paulo: Atlas, 1994.

- 27 MARINELA, Fernanda. **Direito administrativo**. Niterói: Impetus, 2014.

- 28 MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de administração pública contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2014

- 29 MARTINE, George; Gordon McGranahan. **População e Cidades:** subsídios para o planejamento e para as políticas sociais. Brasília - UNFPA, 2010. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/populacao_cidade.pdf#page=>. Acesso em: 26 set. 2016.
- 30 MARICATO, Erminia. **Cidades no Brasil:** neodesenvolvimentismo ou crescimento periférico predatório Política Social e Desenvolvimento, 2013. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/erminia-brasil_cidades-aper_h_.2012-2013-1.pdf>. Acesso em: 28 set. 2016.
- 31 MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional administrativo.** São Paulo: Atlas, 2007.
- 32 NEIS, Camila. **Fatores da criminalidade:** um estudo sobre a Influência dos fatores sociais na prática de infrações penais. Universidade do Vale do Itajai - Univali: Centro de ciências jurídicas, políticas e sociais - CEJURPS, Biguaçu - SC, jun. 2008. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Camila%20Neis.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2016.
- 33 PALUDO, Augustinho. **Administração pública.** 3 ed. RIO DE JANEIRO: ELSEVIER, 2013. 608 p.
- 34 PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Câmara municipal de Cacoal.** Disponível em: <<http://177.22.105.10:8088/portaltransparencia/publicacoes>>. Acesso em: 20 jun. 2017.
- 35 PREFEITURA DE CACOAL. **História de Cacoal –Rondônia.** Disponível em: <<http://www.cacoal.ro.gov.br/?pagina=historia>>. Acesso em: 20 out. 2016.
- 36 PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- 37 ROSA, Márcio Elias. **Direito administrativo:** estado, administração e outros temas. São Paulo: Saraiva 2009.
- 38 SILVA, Adriano Camiloto; NETO, Diogo Gonzaga Torres; QUINTINO, Simone Marçal. **Manual do artigo científico do curso de administração.** 2010
- 39 SILVA, C S P; GRIGIO, A M; PIMENTA, M R C. **Levantamento e espacialização da criminalidade urbana do município de Mossoró - RN.** HOLOS – IFRN. Rio Grande do Norte, v. 3, n. 32, fev./mar. 2016. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/download/4187/1503>>. Acesso em: 17 mai. 2017.

- 40 SILVA, Lilian Santos Bernardo Da. **A violência que predomina na sociedade**. Portal da educação, Campo Grande - MS, Ago. 2012. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/estetica/a-violencia-que-predomina-na-sociedade/15974>>. Acesso em: 20 out. 2016.
- 41 SOUZA Luís Antônio Francisco de, MAGALHÃES Bóris Ribeiro de, SABATINE Thiago Teixeira (org.). **Desafios à segurança pública**: controle social, democracia e gênero. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
- 42 SITE DE NOTÍCIAS DA GLOBO - G1 PERNAMBUCO. **Crimes contra o patrimônio**. Pernambuco, abr. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/pernambuco-teve-14-crimes-contr-o-patrimonio-por-hora-em-2017.ghtml>>. Acesso em: 27 mai. 2017.
- 43 VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010
- 44 ZALUAR, Alba. **Democratização inacabada**: fracasso da segurança pública. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, 2017, p. 31-49. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n61/a03v2161>>. Acesso em: 26 set. 2016.

ANEXO

ANEXO A: TERMO DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Eu, **Abdias Simão de Souza**, DECLARO para todos os fins de direito e que se fizerem necessários que isento completamente a Fundação Universidade Federal de Rondônia – *Câmpus* Professor Francisco Gonçalves Quiles em Cacoal, o orientador e os professores indicados para comporem o ato de defesa presencial, de toda e qualquer responsabilidade pelo conteúdo e ideias expressas no presente trabalho de conclusão de curso.

Estou ciente de que poderei responder administrativa, civil e criminalmente em caso de plágio comprovado.

Cacoal / RO, ____ de _____ de 20____

Abdias Simão